





CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. CNPJ: 13.223.975/0001-20

ANS - nº 418072

Relatório da Administração - Exercício de 2024

Senhores Acionistas, Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta é feita pelos Acionistas e, posteriormente, registrada em ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela de lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para manutenção da continuidade operacional da Companhia.

Considerações Finais e Agradecimentos A CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e Conselheiros. Agradecemos também o apoio dado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, em particular, aos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Balanco patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Table with columns:ATIVO, PASSIVO, Nota, 31/12/2024, 31/12/2023. Includes sub-totals like ATIVO CIRCULANTE, PASSIVO CIRCULANTE, PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

Demonstração do resultado do exercício (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Table with columns:DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, Nota, 31/12/2024, 31/12/2023. Includes items like Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde, Resultado líquido por lote de mil ações - R\$.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Table with columns:Capital social, Ajustes de avaliação patrimonial, Prejuízos acumulados, Total. Includes rows for Saldo em 01 de janeiro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024.

Demonstração do resultado abrangente (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Table with columns:DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE, 31/12/2024, 31/12/2023. Includes items like Lucro líquido do exercício, Caixa líquido nas atividades operacionais, Caixa - saldo final.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. Contexto operacional A Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. sediada em Barueri - SP, doravante referida também como "Companhia", é controlada pela CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo Grupo Segurador francês CNP Assurances e tem como objeto social atuar como seguradora especializada em seguro saúde. A Companhia foi constituída em 23 de fevereiro de 2011 e autorizada a operar nos ramos de saúde e odontológico pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em 25 de julho de 2011.



CAIXA SEGRADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. CNPJ: 13.223.975/0001-20

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

\* continuação

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, débitos das operações de assistência à saúde e provisões técnicas de assistência à saúde. Os passivos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, exceto para o fluxo de caixa de saída das provisões técnicas...

3.4. Risco de crédito

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Table showing composition of assets (Composição dos ativos) with columns for BB, Sem rating, Total, and values for 31/12/2024 and 31/12/2023.

3.5. Risco de mercado

3.5.1. Gerenciamento de risco de mercado: Define-se como o risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição.

3.5.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o Value-at-risk (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
• Nível de confiança de 99%;
• Horizonte temporal de um dia; e
• Volatilidade sob o critério EWMA (lambda = 0,94).

O Value at Risk da carteira de investimento da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.379 (31 de dezembro de 2023 é de R\$ 135).

4. Instrumentos financeiros

4.1. Resumo da classificação

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

Table with columns: Hierarquia, Até, Entre 1 e 5 anos, Sem vencimento, Valor de curva, Valor justo, Ajuste ao valor justo, Valor de mercado, % de mercado, and values for 31/12/2024 and 31/12/2023.

Saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

4.2. Movimentação das aplicações

Table showing movements of applications (Movimentação das aplicações) with columns for 31/12/2023 and 31/12/2024.

5. Créditos das operações com planos de assistência à saúde

5.1. Prêmio a receber

Apresentamos a seguir os prêmios a receber e a redução ao valor recuperável segregado por segmento e modalidade:

Table showing premium to be received (Prêmio a receber) with columns for 31/12/2023 and 31/12/2024.

5.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito

Table showing movements of premiums to be received and provision for credit risk (Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

6. Créditos tributários e previdenciários e provisão para tributos diferidos

A composição dos créditos tributários está distribuída da seguinte forma:

Table showing composition of tax and social security credits (Créditos tributários e previdenciários e provisão para tributos diferidos) with columns for 01/01/2023, 31/12/2023, and 31/12/2024.

7. Créditos fiscais não reconhecidos

A Companhia não atendeu a totalidade dos requisitos do item 10.28 da Resolução Normativa 528/22 e, portanto, não realizou a constituição de créditos tributários em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. A composição dos créditos tributários fiscais não reconhecidos estão distribuídos da seguinte forma:

Table showing unrecognized tax credits (Créditos fiscais não reconhecidos) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

8. Provisões técnicas

A Companhia opera com os produtos Saúde Empresarial e coletivo por adesão, a seguir apresentamos as provisões técnicas:

Table showing technical provisions (Provisões técnicas) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

8.1. Movimentação das provisões técnicas

A movimentação das provisões técnicas pode ser resumida como segue:

Table showing movements of technical provisions (Movimentação das provisões técnicas) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

9. Débitos diversos

Apresentamos a seguir a composição dos débitos diversos:

Table showing various debits (Débitos diversos) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

(i) Valor a pagar a Caixa Seguradora relativo ao compartilhamento de custos; (ii) Valor provisionado para pagamento de acordos e indenizações.

10. Depósitos judiciais e Provisões para ações judiciais

10.1. Composição

Table showing composition of judicial deposits and provisions for judicial actions (Composição) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

As provisões judiciais de causas cíveis correspondem, substancialmente, a pedidos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial em reclamações, majoritariamente, relacionadas à Indenizações por Danos Morais e Materiais; Revisões de reajuste; Concessão de procedimentos médicos ou medicamentos, convertida em perdas e danos; Restituição de valores despendidos com procedimentos ou medicamentos e pagamento de Custas e Honorários de Sucumbência.

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual. O saldo de outras obrigações se refere, substancialmente, a provisões judiciais administrativas, conforme descrito na nota 15.e.

10.2. Segregação em função da probabilidade de perda

Table showing segregation by probability of loss (Segregação em função da probabilidade de perda) with columns for Quantity, Remote, Possible, Probable, and Total for 31/12/2024 and 31/12/2023.

10.3. Movimentação

A movimentação das provisões judiciais pode ser resumida como segue:

Table showing movements of judicial provisions (Movimentação) with columns for 31/12/2023, Adições, Reversões, Baixas, Atualizações, and Saldo for 31/12/2024.

11. Patrimônio líquido

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 192.000, e está representado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024 por 1.142.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

12. Patrimônio líquido ajustado e capital regulatório

Em atendimento à Resolução Normativa nº 569/2022, apresentamos a seguir a composição do PLA e do capital regulatório:

Table showing adjusted equity and regulatory capital (Patrimônio líquido ajustado e capital regulatório) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

12.1. Provisões técnicas/ativos garantidores

Esta nota explicativa apresenta o saldo de provisões técnicas e dos ativos garantidores, com o objetivo de demonstrar a obrigação regulatória. Os ativos dados em garantias as referidas provisões técnicas são registradas em câmaras de custódia em conta de reserva técnica.

Apresentamos a seguir a composição:

Table showing composition of technical provisions and guarantors (Provisões técnicas/ativos garantidores) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

13. Transações com partes relacionadas

Os saldos das operações da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. com as partes relacionadas e seus respectivos resultados dos exercícios de 2023 e 2024 são apresentados abaixo:

Table showing transactions with related parties (Transações com partes relacionadas) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

Despesa

Table showing expenses (Despesa) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

Receita

Table showing revenues (Receita) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

(i) Empresas relacionadas: CNP Consórcios S.A., Caixa Vida e Previdência S.A., Caixa Seguradora S.A., Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda., Companhia de Seguros Previdência do Sul e Caixa Econômica Federal; A remuneração do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 38 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 36). A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

14. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

A composição das contas de resultado no período é a seguinte:

Table showing detailed breakdown of main result account balances (Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

a) Receitas com operações de assistência à saúde

Table showing revenues from health assistance operations (Receitas com operações de assistência à saúde) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

b) Eventos conhecidos ou avisados

Table showing known or notified events (Eventos conhecidos ou avisados) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

c) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados

Table showing provision for occurred and not notified events (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

d) Outras receitas e despesas operacionais

Table showing other operating revenues and expenses (Outras receitas e despesas operacionais) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

e) Despesas de comercialização

Table showing commercialization expenses (Despesas de comercialização) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

f) Despesas administrativas

Table showing administrative expenses (Despesas administrativas) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

g) Resultado financeiro líquido

Table showing net financial result (Resultado financeiro líquido) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

15. Imposto de renda e contribuição social

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

Table showing reconciliation of nominal and effective tax rates (Imposto de renda e contribuição social) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

16. Plano de previdência patrocinado

A Companhia é co-patrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL Previnvest). O Previnvest é um plano de previdência aberto que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado. Para os admitidos até 31 de dezembro de 2020, os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento, para os admitidos a partir de janeiro de 2021, a contribuição dos patrocinadores ocorre de forma paritária, na proporção 1:1, considerando o valor das contribuições voluntárias dos empregados, limitada a 12%.

Conforme deliberação da Administração, a partir de 1º de janeiro de 2025, para todos os empregados, independente da data de admissão, a colaboração dos patrocinadores no plano de previdência Previnvest será de forma paritária, na proporção de 1:1, considerando o valor das contribuições voluntárias dos empregados, limitada a 12%.

Neste exercício a Companhia efetua contribuições no montante de R\$ 68 (2023 - R\$ 91).

17. Conciliação do lucro líquido com as atividades operacionais

Table showing reconciliation of net income with operating activities (Conciliação do lucro líquido com as atividades operacionais) with columns for 31/12/2024 and 31/12/2023.

Conselho de Administração

Table listing members of the Board of Administration (Conselho de Administração): Sany de Jesus Mota Silveira, Marco Antonio Barbosa Pires, Hebert Luiz Gomide Filho.

Diretoria Executiva

Table listing members of Executive Directorate (Diretoria Executiva): Marco Antonio Barbosa Pires, Leticia de Oliveira Doherty.

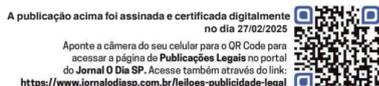
Atuário

Table listing the Actuary (Atuário): Andrés Marco Botalla.

Contadora

Table listing the Accountant (Contadora): Roseli de Fatima Bernardi Theobald.

continua ->





CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A.  
CNPJ: 13.223.975/0001-20

★ continuação

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da  
**Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.**  
Barueri - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**  
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

**KPMG**  
**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

**Carolina Maciel Messias dos Santos**  
Contadora CRC SP - 246031/O-8





Banco Bradescard S.A. Empresa da Organização Bradesco CNPJ 04.184.779/0001-01 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, do Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradescard atua no mercado integrando serviços financeiros com soluções de tecnologia. Nossa proposta é gerar valor, compartilhar estratégias e impulsionar negócios para nossos parceiros de forma sustentável, contínua e crescente, com foco permanente na centralidade do cliente. Com destaque no crédito ao consumo por meio da emissão e gestão de cartões de crédito co-brand de bandeiras Visa, Elo e Mastercard, crédito pessoal e seguros.

A segmentação de mercado reúne clientes de um mesmo perfil, com foco na qualidade do relacionamento, o que possibilita atendimento diferenciado e ganhos crescentes de produtividade e rapidez, produzindo, ainda, maior flexibilidade e competitividade na execução da estratégia de negócios, dimensionando as operações, em termos de qualidade e especialização.

Integrante das empresas da Organização Bradesco, o Bradescard, no segmento de cartões, fortalece o financiamento do consumo por meio de diversas parcerias estratégicas.

No exercício de 2024, o Bradescard registrou prejuízo de R\$ 145 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 489 milhões e Ativos Totais de R\$ 15.071 milhões.

A Instituição possui participação societária na empresa Imagra Imobiliária Agrícola Ltda. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

O Bradescard contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Diretoria

Table with 4 columns: Ativo/Passivo, Nota, 2024, 2023. Includes sections for Balanço Patrimonial and Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstration of Result table with columns for Nota, 2º Semestre 2024, and Acumulado em 31 de dezembro 2024/2023. Includes sub-sections for Income and Expenses.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Abatement of Result table with columns for Nota, 2º Semestre 2024, and Acumulado em 31 de dezembro 2024/2023. Includes sections for Prejudice and Items.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Mutations of Equity table with multiple columns for Capital Social, Integralizar, Reservas de Lucros, etc. Includes sections for Events and Saldos.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Cash Flows table with columns for 2º Semestre 2024 and Acumulado em 31 de dezembro 2024/2023. Includes sections for Operational, Investment, and Financing activities.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição) está autorizado a operar com a carteira comercial e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto. Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Organização Bradesco. Nas demonstrações financeiras do Bradescard, estão sendo apresentadas partes dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) para elaboração de demonstrações financeiras, contem a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Bradescard evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas esperadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2025.

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda Funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas, acrescidas dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de apresentação em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 5.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação
• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou

passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.

f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Table with columns: Período de atraso (1) and Classificação do cliente. Lists categories from B to H based on delay periods.

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (accruval) das operações de crédito vendidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, por no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquele que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação e receitas das operações de arrendamento mercantil, bem como a composição das despesas e das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na Nota 7.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários"; e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos"; sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 20%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 24.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência. Os custos incorridos que estão relacionados com atos correspondentes, que geram receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Investimentos

O investimento em empresa coligada, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

A composição das empresas coligadas está apresentada na Nota 9.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a instituição.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistema de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso - 10% ao ano; sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentados na Nota 10.

k) Ativo intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

- Aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável; e
- Software: são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a 50% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando a geração de benefícios econômicos futuros.
A composição dos direitos adquiridos e software e suas amortizações correspondentes, estão apresentados na Nota 11.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseadas nos planos de negócios e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete a capacidade no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo pro rata.

m) Depósitos
São demonstrados pelos valores de exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

A composição das operações está apresentada na Nota 13.

continua...



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 27/02/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiassp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código C007-34B1-B71E-C59C.







## Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais). O novo modelo de perdas esperadas também é aplicável a ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito.

No modelo prospectivo de perdas esperadas os ativos financeiros são divididos em três estágios:

Estágio 1: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 (doze) meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 (doze) meses;

Estágio 2: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e

Estágio 3: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

## (iii) Classificação - Passivos financeiros

As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 definem que:

Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto caso sejam:

I - Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

II - Passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

III - Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro, que devem ser mensurados e reconhecidos conforme os critérios de baixa e da transferência de passivos financeiros;

IV - Compromissos de crédito e créditos a liberar, que devem ser reconhecidos e mensurados considerando os seus respectivos aspectos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e

V - Garantias financeiras prestadas, que, após o reconhecimento inicial, devem ser mensuradas pelo maior valor entre:

a) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e

b) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Bradescard S.A.

Osasco - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bradescard S.A. ("Bradescard" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradescard S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Avaliação da mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3f e 7h a Instituição registrou em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 1.612.502 mil de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para as operações de crédito, que compreendem, as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito.

Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a Instituição classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("ratings"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada rating.

Adicionalmente, a Instituição complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo, envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de crédito e na determinação da provisão complementar.

## Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.
- Adicionalmente, para os clientes avaliados individualmente, analisamos com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), os dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pela Instituição, tais como a proposta de crédito, informações contábeis e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas da Instituição. Para os clientes avaliados de forma massificada, testamos a atribuição das classificações de ratings de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação da Instituição quanto aos níveis da inadimplência percebidos, dos níveis de desemprego, entre outros fatores.
- Analisamos, por amostragem estatística, o cálculo aritmético da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como níveis mínimos de provisão em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

## Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes - Fiscais e cíveis

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3n, 14 e 15 às demonstrações financeiras, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais e cíveis para os quais possui provisões registradas nos montantes de R\$ 1.658.277 mil e R\$ 46.453 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024.

As provisões de processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização de supostos danos morais e patrimoniais, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e para outras ações cíveis específicas, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido. Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos fiscais e cíveis como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento dos auditores devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas feitas pela Instituição. No caso dos processos fiscais e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido.

## Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos processos fiscais e cíveis. Dentre esses controles estão a avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais e cíveis.
- Obtivemos e lemos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos para certos processos fiscais, e a documentação preparada pelos consultores jurídicos internos para certos processos cíveis com a avaliação da probabilidade e estimativa do valor de perda de tais ações. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pela Instituição e consideramos os dados e informações históricas relacionadas aos processos em questão, a fim de avaliar as provisões e divulgações feitas em relação a esses assuntos.
- Para os processos fiscais e cíveis, analisamos as provisões reconhecidas e os valores divulgados, considerando a avaliação dos consultores jurídicos internos e externos, bem como dados e informações históricas e jurisprudência relacionadas aos processos em questão e outros processos similares.
- Para as ações cíveis, testamos a suficiência da provisão comparando o valor dos desembolsos efetivos para processos encerrados no exercício com os valores anteriormente provisionados.

É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

## (iv) Contabilidade de hedge

Em relação à contabilidade de instrumentos destinados a hedge, a avaliação da efetividade de operações de hedge passa a ser prospectiva, conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco, entretanto aplicação do Capítulo V da Resolução CMN nº 4.966/21, que trata da Contabilidade de Hedge, teve a sua vigência inicial postergada para 1º de janeiro de 2027, de acordo com a Resolução CMN nº 5.100/23.

## (v) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de aplicação inicial:

- A Organização optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas) nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025.

A adoção dos critérios contábeis estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 trouxeram impactos no âmbito da provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 253 mil, registrados em contrapartida da conta de lucros ou prejuízos acumulados, líquido dos efeitos tributários em 1º de janeiro de 2025, conforme artigo nº 70 da Resolução CMN nº 4.966/21.

A Administração avaliou e concluiu que os impactos no resultado e nos ativos e passivos fiscais diferidos serão imateriais para o exercício de 2025.

## e) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

## A DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva  
Contador - CRC 1SP210689/O-2

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal e cível, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

## Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3g e 24c às demonstrações financeiras, a Instituição possui o montante de R\$ 2.020.731 mil de ativos relativos a créditos tributários, em 31 de dezembro de 2024.

A Instituição reconhece esses créditos tributários considerando que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização. As estimativas de lucros tributáveis futuros da Instituição são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, e exigem que a Instituição estabeleça uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, tais como taxas de crescimento das principais linhas de negócios, taxas de juros e taxas de câmbio, podem ter um impacto significativo nas projeções e, consequentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes às expectativas de geração dos lucros futuros exigem julgamento dos auditores devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.

## Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo de estimativa dos lucros tributáveis futuros. Dentre esses estão os controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e as estimativas de lucros tributáveis futuros.
- Avaliamos as premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio e taxas de juros futuras subjacentes às estimativas da Instituição de lucros tributáveis futuros. Avaliamos a capacidade da Instituição para projetar os lucros tributáveis com precisão ao compararmos os lucros tributáveis estimados para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2024 preparados no ano anterior, com os lucros tributáveis reais em 2024.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Instituição para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

**KPMG**

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Gustavo Mendes Bonini  
Contador CRC 1SP-296875/O-4









\*continuação

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Os ratings decorrentes de classificação local e global foram extraídos das agências de rating (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da Standard & Poor's e da Fitch Ratings e a classificação conforme estabelecido nas Políticas Financeiras.

Table with columns for Rating local/global, Total, and Consolidado 2024/2023. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, and Instrumentos financeiros derivativos.

11. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos com liquidez de curto prazo que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco baixo de mudança de valor.

Table with columns for Moeda nacional and Moeda estrangeira, showing 2024 and 2023 values for various financial instruments.

Em 31 de dezembro de 2024, os rendimentos médios em moeda nacional dos CDBs e operações compromissadas foram de 93,88% a.a. e 96,63 % a.a., respectivamente (31 de dezembro de 2023: 101,40% a.a. e 99,30% a.a., respectivamente) da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em moeda estrangeira e os rendimentos médios da conta remunerada no exterior foram 4,27% a.a. (31 de dezembro de 2023: 4,61% a.a.) e dos 'time deposits' foram de 4,51 % a.a. (31 de dezembro de 2023: 5,51% a.a.).

12. Aplicações financeiras

Política contábil: São classificadas como aplicações financeiras quando não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa e/ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Table with columns for Moeda nacional and Moeda estrangeira, showing 2024 and 2023 values for various financial instruments.

Circulante
As aplicações na sua maioria compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, os quais apresentaram rendimentos médios de 97,91% a.a. (31 de dezembro de 2023: - 100,58% a.a.) do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

13. Contas a receber de clientes

Política contábil: As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de contas a receber. A partir do perfil de pagamento dos clientes, a Companhia os classifica com base em seu risco. Para cada classe de risco, uma matriz de provisão foi desenvolvida considerando o histórico de contas não recebidas e intervalos de tempo das contas a receber e é aplicada na integralidade das contas a receber.

Table with columns for Nota, Circulante, and Não circulante, showing 2024 and 2023 values for client receivables.

(b) Movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa: A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a perda estimada requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado montante de provisão a ser constituído.

(a) Balanço patrimonial:

Main balance sheet table with columns for Sociedade controladora, Sociiedades controladas, and Sociiedades ligadas. Rows include Ativo (Circulante, Não circulante) and Passivo (Circulante, Não Circulante).

(i) O saldo dos contratos futuros de energia apresentou redução decorrente da realização do período e da oscilação da curva DCIDE, conforme Nota 17; (ii) Referem-se à contabilização das opções de compra pela Auren Energia da participação acionária detida pela CBA na Ventos de Santo Anselmo (controladora) e pela CBA Itapissuma na Ventos de Santo Isidoro como instrumentos financeiros a custo amortizado, classificados como ativo e passivo não circulante; (iii) Referem-se a instrumentos financeiros derivativos contratados junto ao Banco Votorantim S.A.; (iv) Corresponde ao contrato de compra de energia celebrado pela Companhia com a Enercan em 24 de março de 2021, com prazo de vigência até 28 de maio de 2035; (v) Referem-se aos gastos do projeto SAP4 Hana pagos pela VSA à consultoria, rateados para CBA e demais empresas do grupo.

(b) Demonstração do resultado:

Income statement table with columns for Sociedade controladora, Sociiedades controladas, and Sociiedades ligadas. Rows include Compras, Vendas, Recelitas (despesas) financeiras, and Total do resultado financeiro.











Aos Administradores e Acionistas  
 Companhia Brasileira de Alumínio

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Brasileira de Alumínio ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Por que é um PAA

### Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros (Nota 19.1)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 6.253.382 mil e R\$ 868.145 mil, referentes a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente.

Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Companhia estimou o valor recuperável, fundamentado no método do valor em uso, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como o preço médio do alumínio na London Metal Exchange ("LME"), projeções de câmbio, taxa de desconto, entre outras. Consideramos o teste de *impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis um dos Principais Assuntos de Auditoria, em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade além dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas afetadas por condições macroeconômicas e de mercado.

Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daquelesapurados pela administração e, conseqüentemente, ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizados nos testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de *impairment*).

Testes de desenho e implementação de certos controles internos associados ao processo de determinação do valor recuperável dos ativos da unidade geradora de caixa, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação das premissas-chave utilizadas na estimativa do valor recuperável.

Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas-chave utilizadas no teste de recuperabilidade dos ativos como a taxa de desconto, o preço futuro do alumínio e as taxas de câmbio, comparando-as com fontes de mercado externas e testes matemáticos sobre os estudos de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangíveis.

Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas nos cálculos efetuados pela administração em seu teste de *impairment*, assim como as divulgações, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.



## Instrumentos financeiros designados como *hedge* accounting (Nota 29.2)

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de minimizar a volatilidade dos índices e taxas em seus fluxos de caixa. Para atingir seus objetivos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos e passivos financeiros não derivativos e designa como instrumento de *hedge* na aplicação da política de contabilidade de proteção (*hedge accounting*), realizando periodicamente, testes de efetividade sobre as relações de *hedge* designadas.

A designação desses instrumentos financeiros como *hedge accounting*, assim como a mensuração de sua efetividade, requerem o cumprimento de certas obrigações formais, julgamentos em relação à proteção efetiva do risco de variação cambial e ao alinhamento dos objetivos de proteção à sua estratégia de gestão de riscos do negócio. Dada à complexidade envolvida na designação e periódica mensuração da efetividade das relações de contabilidade de proteção mantidas pela Companhia, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2025

**pwc**  
 PricewaterhouseCoopers  
 Auditores Independentes Ltda.  
 CRC 2SP000160/F-6

Carlos Eduardo Guaráná Mendonça  
 Contador - CRC 1SP196994/O-2

## Redução ao valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 24 (b))

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta registrado na Controladora e no Consolidado, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, no valor de R\$ 308.753 mil.

Esses saldos de impostos diferidos ativos são registrados contabilmente com base na existência de probabilidade razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros para a realização desses ativos não circulantes.

A Companhia efetua as projeções de lucros tributáveis futuros que requer o uso de estimativas e julgamento na determinação das principais premissas em seu planejamento estratégico. Caso aplicável, provisão para perdas ao valor recuperável desses impostos diferidos ativos são registrados contabilmente.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e às estimativas e julgamentos utilizados pela administração na determinação do valor recuperável desses impostos diferidos ativos, à complexidade inerente a esse processo e o modelo matemático das projeções, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria nesse exercício sendo examinado por nós.

### Como resposta de auditoria efetuamos os seguintes procedimentos:

Obtivemos a análise de recuperabilidade dos tributos diferidos ativos preparada pela administração da Companhia e verificamos que as principais premissas guardam relação com o plano de negócios de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração.

Testes de desenho e implementação de certos controles internos associados ao processo de determinação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação das premissas-chave utilizadas na estimativa do valor recuperável.

Avaliamos, com o apoio dos nossos especialistas na área de finanças corporativas, a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, que inclui o preço médio do alumínio na London Metal Exchange ("LME"), assim como projeções de câmbio e testes sobre o modelo matemático das projeções.

Efetuamos a comparação com os dados utilizados na projeção com dados históricos, do setor e de mercado, bem como realizamos análise de sensibilidade sobre a projeção elaborada pela administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para a determinação dos tributos diferidos, bem como as divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

## Redução ao valor recuperável de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") (Nota 15)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrado no grupo de tributos a recuperar (Nota 15), os montantes de R\$ 568.861 mil e R\$ 612.538 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente, oriundos de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

A realização desses tributos está diretamente associada a efetividade do plano de escoamento de créditos da sociedade, os quais consistem principalmente em (i) geração de débitos a pagar no futuro que poderão ser compensados com os referidos tributos a recuperar; (ii) habilitação e venda de créditos de ICMS para empresas do próprio grupo ou terceiros; (iii) obtenção de regime especial tributário junto ao estado de São Paulo para a suspensão de ICMS nas operações de importações de determinados insumos, de modo a evitar futuro acúmulo.

Devido à magnitude dos montantes envolvidos, complexidade do processo de mensuração das projeções de recuperabilidade dos tributos futuros, os quais se baseiam em estimativas e premissas cuja realização pode ser afetada por condições de mercado e cenários econômicos incertos, assim como, pela complexidade da legislação tributária brasileira, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

### Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

Avaliação da origem dos créditos, natureza dos insumos, seu registro e declaração para as autoridades fazendárias nos livros fiscais.

O entendimento da metodologia de cálculo e principais premissas para avaliação da recuperabilidade do saldo do ICMS.

Com o apoio de nossos especialistas internos em tributos, efetuamos a discussão sobre os critérios e premissas adotadas pela Administração para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS.

Avaliação e julgamento sobre as possibilidades de escoamento apresentadas pela administração e sua aplicabilidade.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela Administração são razoáveis com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/C007-34B1-B71E-C59C> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C007-34B1-B71E-C59C



### Hash do Documento

060D79309628A02DE870C0331EDBE62BE4DE7E9A010D2DC03D5A73F42856DC7B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/02/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 27/02/2025 00:02 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

